

PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Da Sra. JANDIRA FEGHALI)

Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, vinculada ao Plano Nacional de Educação, estabelece normas para seu funcionamento, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, vinculada ao Plano Nacional de Educação, estabelece normas para seu funcionamento, e dá outras providências.

Art. 2º São objetivos da PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º A PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil da PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito da PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação da PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação da PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para a PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas da PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Decreto nº 7.234/10 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Foi um importante instrumento de apoio a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). Uma forma de viabilizar a igualdade de oportunidades para os estudantes e combater situações como repetência e evasão.

De acordo com portal do Ministério da Educação, à época do lançamento do Programa, ***“o Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa”***. Os critérios de seleção devem levar em conta o perfil socioeconômico dos estudantes, e são estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Os orçamentos foram crescentes até 2016, bem como o número de estudantes atendidos. Em 2009, foram autorizados R\$ 220 milhões. O volume de recursos destinado foi sendo sempre ampliado e chegou a R\$ 1 bilhão, em 2016.

Em 2017, foi aprovado o valor de R\$ 990 milhões. Note que este montante é inferior ao empenhado em 2016 e, até o momento, foram empenhados apenas R\$ 747 milhões, ou seja, o empenho máximo não chegará aos valores de 2016. Para 2018 a situação é de estagnação: a proposta orçamentária encaminhada ao Congresso destinou R\$ 967 milhões para o Programa.

A presente iniciativa visa transformar o Decreto em Lei como forma de fortalecer o PNAES e impedir que a asfixia financeira inviabilize o programa e, consequentemente, a permanência de estudantes oriundos da escola pública e de famílias de baixa renda.

É de conhecimento geral a situação das instituições de ensino superior. De acordo com matérias amplamente veiculadas, as Instituições federais de ensino começaram 2017 com orçamento inferior ao de 2016. Para piorar o quadro ainda mais, em março, foi anunciado um corte de 15% nos gastos de funcionamento e de 40% nas despesas com obras.

A matéria do portal G1 é clara neste sentido: ***“Pelo menos cinco universidades informaram ao G1 ter dificuldades de caixa para manter o funcionamento até o fim do ano letivo: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Goiás (UFG). Já o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes) diz que, segundo os reitores das universidades federais, o dinheiro proveniente dos recursos federais para despesa e manutenção será suficiente somente até o mês de setembro.”***

Como se vê, é importante que os instrumentos necessários ao combate às desigualdades, principalmente na área da educação, estejam disponíveis e fortalecidos por meio de leis específicas. Um decreto pode ser revogado pela vontade única do chefe do Poder Executivo. Uma Lei deve passar pelo crivo do Congresso Nacional para sua alteração e, conseqüentemente, por um debate amplo com a sociedade.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos parlamentares para aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputada Jandira Feghali

PCdoB/RJ